

Histórico da atuação do MPF pela pecuária sustentável

Regularização da pecuária - Os acordos pela regularização da pecuária propostos pelo Ministério Público Federal (MPF) começaram há quatro anos, no Pará. O trabalho foi iniciado em junho de 2009 com o ajuizamento de uma série de ações que buscava indenizações por danos ambientais causados pela criação irregular de gado no Estado. As ações revelaram uma situação de descontrole e irregularidades tão graves que dezenas de redes de supermercados suspenderam, por 40 dias, a compra de produtos bovinos paraenses. Isso provocou a paralisação de grandes abatedouros e levou o setor a procurar uma solução, em conjunto com o MPF.

As negociações levaram às assinaturas dos Termos de Ajuste de Conduta (TACs) do MPF com frigoríficos, curtumes e empresas calçadistas, que se comprometeram a fazer uma série de exigências ambientais e sociais aos fornecedores de matéria-prima.

A partir dos TACs, todas as propriedades rurais que pretendam negociar no mercado da pecuária não podem ser flagradas nem processadas por trabalho escravo, invasão de terras públicas e desmatamento ilegal. Também são obrigadas a estar cadastradas nas secretarias estaduais de Meio Ambiente e, de forma gradual, em prazos determinados pelo MPF, terão que pedir e obter licença ambiental rural para as atividades produtivas, assim como comprovar a regularização fundiária.

No Pará, foram assinados TACs com cerca de cem frigoríficos, curtumes, calçadistas e outras empresas que revendem produtos com matéria-prima da pecuária. Todos os acordos são acompanhados de perto pelo MPF e pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Os alertas de desmatamento que chegam aos municípios também chegam para o MPF, que pode assim cobrar de perto a fiscalização pelas prefeituras. E os frigoríficos informam periodicamente a lista de seus fornecedores para o MPF.

No Acre, o trabalho de conscientização dos frigoríficos uniu o Ministério Público Federal ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério Público Estadual e durou mais de um ano até que os primeiros acordos foram assinados. De todos os frigoríficos no Estado, apenas quatro não assinaram termo de ajustamento de conduta e uma ação foi ajuizada para garantir que os processadores de carne deixassem de comprar o produto de origem ilícita, dentro dos parâmetros do programa Carne Legal. A Justiça Federal concedeu liminar dando ganho de causa ao Ministério Público.

Dentre os frigoríficos que assinaram termo de ajustamento de conduta no Acre está o JBS/Friboi, maior processador de carne bovina do mundo, que negociou um acordo que vale para todo o Brasil.

No Mato Grosso, o Ministério Público Federal está propondo um acordo único para cerca de 40 frigoríficos instalados no Estado. Os frigoríficos têm até o dia cinco de abril para aderir ao TAC. A proposta desse acordo vem sendo discutida conjuntamente, desde 2009, com as entidades que representam o setor, como sindicatos, ou diretamente com os frigoríficos de médio e grande porte.

O trabalho do MPF incluiu ainda a veiculação, em 2010, de uma campanha institucional usando publicidade e jornalismo para envolver a ponta final da cadeia, os consumidores, na exigência por cuidados socioambientais e respeito à legislação na produção de produtos bovinos.

A campanha Carne Legal teve o reconhecimento dos consumidores e foi eleita como a melhor campanha publicitária pelo júri acadêmico do prêmio GreenBest, o primeiro concurso nacional para selecionar as empresas, produtos e projetos que mais contribuem para a sustentabilidade no país.

Municípios Verdes - Em março de 2011, em parceria com o MPF o governo do Pará lançou o Municípios Verdes, agregando um pacote de incentivos aos proprietários rurais e aos municípios que se comprometerem a atuar pela regularização fundiária e ambiental no campo. Entre os benefícios estão investimentos em crédito, fomento e assistência técnica, facilidades para o

desembargo e regularização das áreas, além da atração de investidores provocada pelo aumento da segurança jurídica em toda a cadeia produtiva. Atualmente já são 92 municípios vinculados programa.

Entre 2009 e 2012, o total de propriedades inscritas no Cadastro Ambiental Rural passou de 600 para 68 mil, número cem vezes maior. Com isso, a queda do desmatamento no Estado entre 2011 e 2012 foi responsável por 75% da redução recorde do desmatamento em toda a Amazônia, que registrou as menores taxas na série histórica do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) desde 1998.

Antes do trabalho de regularização da pecuária, em 2009, o Pará chegou a responder por 57% do desmatamento na Amazônia. Em 2012 essa participação ficou na casa dos 36% do total desmatado.

Pelos termos do programa Municípios Verdes, o município que adere constrói um pacto entre as lideranças políticas locais para que os produtores rurais – pequenos, médios e grandes – estejam comprometidos com as exigências legais ambientais e sociais. Todos têm que trabalhar para o objetivo comum, que é zerar o desmatamento ilegal no território municipal.

As prefeituras, por sua vez, precisam fazer diagnóstico da situação econômica e socioambiental do município, com informações sobre cobertura vegetal, situação fundiária, perfil econômico e produção agropecuária. E também implantar sistemas de controle do desmatamento e programas de educação ambiental nas redes municipais de ensino.

Além de ser o Estado que mais reduz o desmatamento, a regularização da pecuária contribuiu para que o Pará seja hoje o Estado com mais municípios a deixar a lista dos municípios que mais desmatam a Amazônia. Paragominas, Santana do Araguaia, Ulianópolis e Dom Eliseu já não são mais considerados grandes desmatadores graças a iniciativas promovidas pelo programa.

Na última sexta-feira, 22 de março, o Programa Municípios Verdes ganhou a adesão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A iniciativa prevê a cooperação do Incra com o Estado do Pará, por meio do Programa Municípios Verdes e demais órgãos ligados às questões ambiental e agrária, visando a regularização ambiental dos assentamentos existentes no Estado, e o controle do desmatamento nestas áreas.

O programa pretende envolver 980 projetos de assentamentos, em 199 municípios amazônicos. O plano é uma estratégia do Incra para enfrentar a derrubada da floresta nas áreas de assentamento, assunto que está diretamente relacionado às atividades do Programa Municípios Verdes.

Premiação – A atuação do MPF na busca da regularização da produção pecuária na Amazônia recebeu em 2012 o Prêmio Innovare, que tem o objetivo de disseminar práticas inovadoras para o aumento da qualidade e modernização da Justiça brasileira. A experiência obtida com os acordos para regularização da cadeia da pecuária já está sendo aplicada pelo MPF na regularização de outras cadeias produtivas na região, como a da madeira e a do ferro-gusa.